

A EXPERIÊNCIA DE RONDÔNIA EM PLANEJAMENTO

THE EXPERIENCE IN PLANNING FOR RONDÔNIA

Prof. Doutor Silvio Rodrigues Persivo Cunha¹
Prof. Mestre Aldenor José Neves²

RESUMO: O planejamento é reconhecido, apesar das dificuldades para sua implementação, como um instrumento de racionalidade e de diminuição dos problemas na administração. Considerado indispensável na adoção de políticas públicas e presente em todos os discursos sobre desenvolvimento e melhoria de renda, ainda figura, no entanto, com maior força no discurso teórico do que na prática. Na Amazônia, e em Rondônia em particular, tem apresentado uma trajetória de altos e baixos, após ter sido incorporado no antigo Território Federal sob a ótica de neutralidade, legitimando as políticas públicas de integração. Neste artigo os autores procuram, em uma tentativa de recuperação histórica, promover a discussão sobre o tema em Rondônia, abordando seus planos, metas, experiência e resultados, sem, no entanto, buscar um julgamento definitivo, mas gerando subsídios para uma discussão mais ampla. De qualquer forma, o que se observa em Rondônia não difere do quadro nacional, em que processo de planejamento tem sido mais abordado na teoria do que na prática real.

PALAVRAS-CHAVES: Planejamento, Território Federal de Rondônia e Transformações Econômicas e Institucionais.

ABSTRACT: The planning is recognized, besides the problems in its implementation, as a tool for decrease of the problems and the rationality in administration. Considered indispensable in the adoption of public policies and present in every speech about improving income and development, is, however, more present in theory than in practice. In the Amazon, and in Rondônia, in particular, it has a history of ups and downs after being incorporated in the old Federal Territory in terms of neutrality legitimizing the integrational public policies. In this article the authors, with a historical recovering in time, try to promote the discussion about planning in Rondônia, its plans, goals, experience and results, without however, establishing a definite judgment but generating subsidies for a larger discussion.

Anyway, what is observed in Rondônia is not very different from the national process, in which the discussion seems to be easier than real practice in the planning process.

KEY WORDS: Planning, Federal Territory of Rondônia and Economic and Institutional Changes.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo se caracteriza por ser uma pesquisa bibliográfica e histórica do planejamento no Setor Público de Rondônia, tendo como referencial os planos de desenvolvimento criados para o estado. A pretensão não é, por suas características, fazer um retrospecto geral nem uma avaliação profunda, tampouco mensurar o desempenho político-administrativo dos governantes. Sua principal finalidade é provocativa, uma vez que procura envolver outros profissionais no debate, bem como resgatar as experiências de planejamento no estado de Rondônia.

¹ Doutor em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade Federal do Pará, e Professor de Economia Internacional da Universidade Federal de Rondônia – UNIR.

² Mestre em Engenharia da Produção, pela Universidade Federal de Santa Catarina, Diretor de Finanças e Orçamento do Ministério

Sua principal finalidade é provocativa, uma vez que procura envolver outros Na verdade, o que se pretende é traçar uma base histórica para se entender a herança de planejamento em Rondônia e a razão pela qual, embora possua uma experiência muito rica, o estado não tenha conseguido, até o momento, sedimentar, não obstante as diversas tentativas, uma estrutura própria de planejamento estratégico, capaz de influir na criação de um desenvolvimento autônomo e sustentável.

Este artigo se apresenta, acima de tudo, como uma tentativa de relatar e resgatar a experiência de Rondônia no campo do planejamento, desde o seu início, ainda como Território Federal, até sua transformação em estado. Ambas as épocas, no entanto, foi marcado pela falta de continuidade dos projetos e experiências de sucesso e fracasso, fato comum, aliás, no cenário do planejamento público brasileiro. O trabalho está dividido em sete partes. A segunda parte contém uma tabela guia. A terceira parte trata da estrutura e do planejamento do ex-Território; na quarta parte, aborda-se o planejamento na transição para o estado; na seqüência, o planejamento nos governos eleitos e, por fim, são feitas as considerações finais.

2 UMA TABELA GUIA

No Brasil, a experiência de planejamento teve início no governo Getúlio Vargas, com o Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional (1939/1943), que tinha como finalidade preparar o país para a eventualidade de participar da Segunda Guerra Mundial. A crítica mais forte feita a esse plano foi a de que não passava de uma lista de investimentos sem estratégias. Em seguida, a idéia ganhou força com vários planos que lhe sucederam como o Plano de Obras e Equipamentos - POE - (1943/1946), nos governos Vargas / Eurico Dutra; Plano Salte (1950/1954), governos Dutra/Vargas, o Plano de Metas (1956/1961), no governo Juscelino Kubitschek e o último antes do regime militar de 1964, que foi o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963/1965), no governo João Goulart.

Com o advento dos governos militares, no ano de 1964 a racionalidade burocrática e o planejamento ganharam impulso, primeiro com a edição do Programa de Ação Econômica do Governo - PAEG (1964-1966), no governo Castelo Branco, depois com o Plano Decenal (1967/1976), no governo Costa e Silva, que foi seguido pelo Plano

Estratégico de Desenvolvimento - PED (1968/1970), ainda no mesmo governo e, depois da doença que afastou Costa e Silva do poder, o plano Metas e Bases para a Ação de Governo (1970/1972), no governo Garrastazu Médici. Em todos eles, há avaliações de que não surtiram os efeitos desejados, por vários motivos, tais como: falta de estratégia, apoio político e sustentabilidade financeira. A Tabela I, abaixo, possibilita um melhor entendimento dos planos em relação ao tempo e ao desenvolvimento do planejamento no Brasil, correlacionando os planos nacionais, regionais e estaduais, a partir de meados da década de 70, época em que Rondônia começa a sentir os grandes efeitos da intervenção governamental no seu espaço.

TABELA I - RELAÇÃO DOS PLANOS BRASIL/REGIÃO/RONDÔNIA- 1975/2008

Planos Nacionais	Programas Especiais	Planos Estaduais
I Plano Nacional de Desenvolvimento-I PND (1972-74)		
II Plano Nacional de Desenvolvimento-II PND (1975-1979)	POLOAMAZÔNIA- Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia- 1975	Plano de Metas-1977- Governo Humberto Guedes
III Plano Nacional de Desenvolvimento-1980/85- Governo Figueiredo	POLONOROESTE- Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil- 1982/88-Governos Teixeira/Angelim/Jerônimo/	I Plano de Desenvolvimento Integrado de Rondônia-1985-1990- Governo Teixeira I Plano de Desenvolvimento Governamental-1989
I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República- 1986/89-Governo Sarney	PLANAFLORO-Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia-1992/2001- Governos Piana/Raup/Bianco	
Plano Real-1994/1998- Governos Itamar/FHC		Plano de Metas 1995/1998- Governo Raupp Projeto Úmidas-1999
Plano Avança Brasil- 2000/2003- Governo FHC		
Plano de Aceleração do Crescimento-PAC-2007/2010- Governo Lula		Plano de Desenvolvimento do estado de Rondônia- 2008- Em elaboração- Governo Cassol

Fonte: Aldenor José Neves

É preciso acentuar que a tabela elaborada leva em conta, acima de tudo, a experiência e o conhecimento dos autores e deve ser entendida antes como um guia de trajetória do que uma visão definitiva de todos os planos efetivamente elaborados no período. Na verdade são os mais importantes.

O que se procurou, foi estabelecer um vínculo no tempo entre os planos nacionais e locais, mostrando de forma fácil seus desníveis e sua correlação histórica. Rondônia,

apesar de suas especificidades, é subordinada e, cada vez mais e de forma cada vez mais rápida, influenciada pelo que acontece nos demais estados do país. Daí ser essencial a noção do que acontecia no governo federal em termos de planejamento.

3 ESTRUTURA E PLANEJAMENTO NO TERRITÓRIO

O estado de Rondônia se constituiu, inicialmente, como entidade política pelo Decreto nº 5812, de 13 de setembro de 1943, quando foi criado, juntamente com os territórios federais do Amapá, Rio Branco, Ponta Porã e Iguazu, o Território Federal do Guaporé, em resposta às necessidades geopolíticas brasileiras e no plano internacional. Esta nova organização política, entretanto modificou apenas de maneira formal a realidade da região, pois, de fato, as exigências de suprimentos de borracha requeridas pela II Grande Guerra é que seriam decisivas para influir sobre a atividade econômica e a vida local. De certa forma foram os fatores eventuais, a subordinação aos interesses externos e a ausência de uma autonomia efetiva que marcaram toda a história do Território do Guaporé até mesmo quando, em 1956, passa a se denominar Território Federal de Rondônia em homenagem ao Marechal Cândido Mariano de Rondon, que implantou a linha telegráfica Cuiabá - Porto Velho e fez os primeiros levantamentos cartográficos mais sistemáticos da região. Tal situação, aliás, foi uma constante que somente veio a ser alterada, parcialmente, na década de 70 quando começou a existir a busca da criação de uma cultura política própria, como tentativa de se estruturar em volta dos interesses locais o que, muito depois, levou, por vias indiretas, à transformação do Território de Rondônia em estado.

Todavia, quando se trata de planejamento governamental em Rondônia, não se pode deixar de considerar que, embora muito recente, a experiência estadual não deve ser desvinculada da nacional. Assim é que a primeira documentação de alguma atividade na área segue as mesmas características de se iniciar pela organização urbana, o que se consubstancia no Decreto Territorial nº 172, de 30 de dezembro de 1950, que “Aprova o Plano Diretor de urbanismo das cidades de Porto Velho e Guajará-Mirim e dá outras providências que acompanha”. Estes esforços isolados eram de certa forma, imitações pálidas do que acontecia no resto do país tanto que quando se acentua, no início dos anos 60, uma tendência nacional para a planificação, há um reflexo local, com o Decreto nº 373, de 22 de maio de 1962, que institui a Comissão de Desenvolvimento de Rondônia - COMDERO, por iniciativa do governador Enio dos Santos Pinheiro que entre seus

objetivos lista:

- a) Elaborar o planejamento econômico do Território, assessorando a administração na crítica e atualização dos projetos de interesse da região;
- b) Estudar, de forma sistemática, as condições e potencialidades econômicas de Rondônia, delineando os respectivos projetos a serem considerados na discriminação de reivindicação de recursos;
- c) Manter o planejamento traçado constantemente atualizado, fixando as respectivas prioridades dentro de uma linha de plano diretor plurienal;
- d) Organizar arquivo econômico de interesse ao assessoramento, ao planejamento, à apresentação de reivindicações e ao atendimento de informações sobre os problemas territoriais.

Atos oficiais, como os citados, demonstram que havia uma preocupação explícita com a utilização do planejamento como instrumento de racionalidade burocrática. Esta preocupação, porém, demonstrava-se mais em nível do discurso do que na prática, mas foi acentuada após o movimento militar de 1964, refletida no Decreto Territorial nº 560, de 18 de novembro de 1968, que “Estabelece normas administrativas, define atribuições e responsabilidades e delega competência de acordo com o Decreto-Lei nº 200 de 25 de fevereiro de 1967” que por sua vez fixa em seu texto:

“Art. 5º - A fim de assegurar a simplificação, o desperramento, a fixação de responsabilidades e a eliminação de rotinas puramente formais, ficam adotadas as seguintes normas”:

I - A Secretaria Geral elabora os planos, os orçamentos e programas de despesas e de desembolso e os submete à aprovação do Governador. “Estes, aprovados, entram em execução automática, sendo reajustados periodicamente ou quando modificações se fizerem necessárias”.

Na prática, à época, o Território Federal de Rondônia tinha uma população concentrada quase que exclusivamente nas duas cidades de seus dois municípios, Porto Velho e Guajará-Mirim, e a estrutura administrativa limitava-se à Secretária Geral, que

coordenava e gerenciava a ação do governo, e dos seus departamentos que incluíam as funções fins como Educação, Saúde e Segurança, com um setor financeiro que mais efetuava a liquidação das contas do que qualquer outra coisa. O governador atuava como um super-prefeito assessorado por duas autoridades mais importantes que eram secretário-geral e o próprio prefeito de Porto Velho, também por ele nomeado e demissível a qualquer momento. Por toda essa conjuntura, para organizar a cidade de Porto Velho, foi feito ,em 1972, o primeiro esforço real de planejamento local, no âmbito do município, que foi o Plano de Ação Imediata - PAI.

No âmbito estadual, na época territorial, a experiência em planificação, se inicia quando é feita a primeira tentativa de planejamento, em 1977, no governo do Coronel Humberto da Silva Guedes (maio de 1975 a abril de 1979), quando, por iniciativa do então Secretário de Planejamento Luiz César Auvray Guedes, recorrendo à experiência do estado do Pará, foi elaborado o primeiro Plano de Metas de Rondônia, cujo objetivo foi o de obter um documento que contemplasse pleitos, não só no âmbito dos segmentos setoriais públicos (secretarias, já então, no governo Guedes, os departamentos foram modernizados para secretarias) como envolvendo representantes de outros segmentos da sociedade. A ida dos técnicos a cada município e localidade representou a primeira experiência de “planejamento participativo”, na medida em que os investimentos passaram a ser feitos como fruto de opiniões e de reuniões com as diversas comunidades.

O Plano foi elaborado porque o governo estadual se empenhou na empreitada, fazendo um enorme esforço de estruturação, com a decisão de contratar técnicos (economistas, administradores, sociólogos, arquitetos, geógrafos, etc), em sua maioria oriundos das Universidades do Ceará e de Pernambuco. Com o corpo técnico formado e treinado por meio da Fundação de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul, foi possível realizar reuniões com representantes de classes e órgãos públicos (Incra, Ceplac, Embrapa, Emater, Fundação Sesp, Ceron, Caerd, Secretarias, Prefeituras), que tiveram oportunidade de se manifestar e apresentar suas opiniões e reivindicações. Efetivamente, foi a primeira vez que o governo do Território passou a tomar pra si a decisão sobre poderes que eram diluídos e manejados por diversas agências públicas sem nenhuma organização, coordenação ou planejamento.

Na apresentação do Plano de Metas estava escrito que:

“O Plano de Metas se constitui num texto descritivo dos objetivos anuais, dentro de uma programação físico-financeira, discriminando as metas, sistematizando as ações, compatibilizando as variáveis instrumentais previsíveis e os fatores objeto do plano. Este documento utilitário estrutura-se na listagem de projetos/atividades constantes da programação governamental, servindo como fonte de ação a ser desenvolvida, assim como ao acompanhamento e controle da execução”.

Como se observa, havia um processo, objetivos e metas definidas que levavam em conta o acompanhamento e a execução tanto que, na mesma apresentação, prescrevia-se:

“Para que haja sucesso na implantação do Plano, faz-se mister o encaminhamento à Coordenação de Planejamento - COPLAN/SEPLAN/RO, de um relatório analítico trimestral, para cada projeto/atividade, de acordo com as normas do Manual de Implantação de Acompanhamento a ser distribuído, retratando o desempenho, entraves ocorridos e proposições de soluções. Os relatórios deverão ser encaminhados pelas Assessorias de Planejamento (ASPLANS) de cada secretaria até o dia 25 dos meses de março, junho, setembro e novembro, uma vez que os recursos do trimestre subsequente só serão liberados e/ou alterados após a aprovação da Secretária de Planejamento. Em cada semestre será promovido um seminário de avaliação, para as correções de distorções, mediante a reformulação do plano”.

É verdade que, nesta época, a estrutura da administração era muito enxuta, restrita, como era possível ver no índice do plano, ao Gabinete do Governador, à Secretaria de Planejamento, à Secretaria de Administração e Finanças, à Secretaria de Obras Públicas, à Secretaria de Segurança Pública, à Secretaria de Saúde, à Secretaria de Promoção Social e à Secretaria de Educação e Cultura, o que facilitava tanto sua implantação quanto sua coordenação e acompanhamento. Assim, muitos dos resultados eram visíveis e palpáveis, porém, insuficientes perante as notáveis transformações que Rondônia experimentava na época.

É um dos pressupostos econômicos que "as necessidades são ilimitadas, mas os recursos são limitados". Pois bem, por mais que existisse competência ou disposição das autoridades, ou até mesmo compreensão do que acontecia, iniludível era que o volume de reivindicações era infinitamente superior ao limite da capacidade financeira disponível. Para começar, o Governo local não tinha autonomia para aumentar e/ou arrecadar receitas, até porque não tinha estrutura física e legal para tributar, o que só passou a ocorrer a partir do Decreto-Lei nº. 004/81.

As receitas públicas do Ex-Território se restringiam às dotações previamente fixadas pelo extinto Ministério do Interior. O Governo local limitava-se a fazer alocações

dos recursos previamente fixados e, posteriormente, enviar a Brasília formulários sobre os valores repassados e gastos, sendo que a maior parte das despesas se dava com custeios (pessoal, consumo e serviços), bem como reivindicar junto a outros setores, sempre via MINTER, pela solução de recursos. De fato o governador detinha o cargo em tese, porém, na prática, era subordinado ao ministro e por ele demissível, o que acrescentava às suas ações o selo da precariedade. Como já acontecera antes, com muito mais regularidade, problemas políticos podiam removê-lo a qualquer instante e, entre eles, o que podia transformar isto em realidade o mais rápido possível seria ultrapassar a autoridade do seu ministro - o que sempre foi uma limitante de peso.

Os recursos para infra-estrutura (estradas, prédios públicos) eram financiados com dotações conveniadas e Programas Especiais, dissociados das propostas orçamentárias.

Na verdade, o planejamento em Rondônia, à época do Ex-Território Federal, funcionava de forma paralela. Uma parte da *planificação* era feita por técnicos locais com recursos próprios e transferências constitucionais. E a outra, era realizada de forma híbrida por técnicos locais e técnicos dos Ministérios, cujas metas eram financiadas com recursos de convênios e de Programas Especiais que surgiram na esteira da denominada “Operação Amazônia”, como POLAMAZONIA, depois o POLONOROESTE, ambos sob o controle e acompanhamento da SUDECO - Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro- Oeste. A SUDECO, que utilizava o conceito de nova fronteira agrícola sob o lema “Produzir oportunidades e promover o seu aproveitamento para acelerar o desenvolvimento harmônico do Centro-Oeste (MINTER/SUDECO, 1973)”, baseava sua ação na racionalidade, ou seja, a “razão técnica” em que a ciência, tida como neutra, era um fator primordial a serviço do desenvolvimento.

Ressalte-se, que no Governo de Humberto da Silva Guedes esta “razão técnica” era regra mesmo com os recursos sendo insuficientes para atender as reivindicações de uma migração desenfreada, vinda principalmente do sul do país, no afã de obter terras. Neste sentido havia um esforço técnico constante para provar a necessidade de se prover os recursos para tornar possível a implantação de um planejamento adequado.

A falta de recursos para o Território possuía uma compensação na quantidade de recursos que o Governo Federal destinava ao Incra, para fazer o que chamavam de Reforma Agrária, mas que consistia, de fato, em colonização, eram bem superiores aos valores consignados nos orçamentos do Governo local. Com isto, o Incra podia planejar com recursos e pretensões maiores do que o próprio governo do ex-Território.

Apesar dos gargalos, o governo Guedes conseguiu implementar o fortalecimento dos órgãos de apoio logístico implantando os Núcleos Setoriais de Planejamento em todas Secretarias do Governo, bem como a política de urbanização, através da Coordenação de Desenvolvimento e Articulação com os Municípios (CODRAM), que na prática, funcionou como uma forte secretaria de interior. Ressalte-se que, para melhorar seu planejamento, o governo contou com apoio financeiro da União via Secretaria de Articulação com Estados e Municípios (SAREM), uma vez que as equipes técnicas recebiam gratificações de incentivos para planejar e acompanhar suas metas setoriais.

No Governo Guedes, além dos incontestáveis problemas de recursos e da migração acelerada, faltou um maior apoio por parte do Governo Federal com a alocação de verbas, o que contribuiu sensivelmente para a baixa realização do Plano de Metas/1977, com ressalva para as ações planejadas de urbanização das cidades ao longo da BR-364: Ouro Preto, Ji-Paraná, Pimenta Bueno, Espigão D'Oeste, Jarú e Vilhena, dentre outras.

4 O PLANEJAMENTO NA TRANSIÇÃO

O que restou como saldo do Governo Guedes, decerto, foi a criação de uma massa crítica local. Sob o ponto de vista do planejamento, entendido como processo, foi uma época de ouro na medida em que os planos e os resultados eram concretos e visíveis. Com a capacitação de técnicos locais e o apoio da SUDECO e da Universidade de Brasília, além de outros especialistas de vários setores, como, por exemplo, os arquitetos Paulo Zimbres, Paulo Magalhães, Silvio Sawaia, Antonio Carlos Cabral Carpintero e Roberto Monte-Mór, geógrafos como Milton Santos foram desenvolvidos planos em todos os setores. Datam desta época o primeiro plano de Educação, de Saúde, de estradas, e a própria criação do DER, o Sistema Viário de Porto Velho, a abertura de novos municípios (foram criados mais sete municípios pela Lei 6.448, de 11 de outubro de 1977), um projeto de hierarquização urbana do Território e até um grande estudo para habitações adaptadas à região. O principal produto, entretanto, se constituiu na percepção de que Rondônia poderia ser um exemplo, por conta da colonização, se fosse conseguido distribuir espacialmente os frutos do desenvolvimento. Assim nasceu, internamente, a idéia dos Núcleos Urbanos de Apoio Rural - NUARs, muitos dos quais, como os de Mirante da Serra ou Nova União, transformar-se-iam em futuros municípios. A idéia central foi a de

criar infra-estrutura próximo aos projetos de colonização para melhor distribuição da população e geração de renda e trabalho, visando a impedir migrações da área rural para os centros urbanos. A idéia central consistia em preparar Rondônia para se transformar em estado, a partir de seu fortalecimento econômico. De forma que os NUARs foram pensados, principalmente, como centros prestadores de serviços e forma de distribuição espacial da produção e da riqueza. No entanto, o planejamento não pode ser independente da política, o que acarretou a mudança da política e da concepção de planejamento.

Terminado o mandato de Ernesto Geisel e com o início do último governo militar, com João Batista Figueiredo como presidente, houve a substituição de Guedes por Jorge Teixeira de Oliveira, que ocupou o cargo de governador por dois períodos, um à época de Território (abril de 1979 a janeiro de 1982) e outro já como estado (janeiro de 1982 a maio de 1985). A mudança foi de estilo e de recursos.

No governo de Jorge Teixeira houve uma abundante entrada de recursos e, apesar da pesada publicidade e do mito de realizador e criador, o planejamento se tornou, nas suas próprias palavras, “fazejamento”, ou seja, o importante passou a ser o curto prazo, com os problemas evidentes que acompanham tal visão, na medida em que, para Teixeira, com o crescimento acelerado, o importante era fazer. Com uma visão “pé no chão”, a preocupação foi centrada no acompanhamento orçamentário e financeiro e no rápido atendimento às demandas imediatas que eram muito mais de aparelhamento do estado e de infra-estrutura do que com a visão futura de sustentabilidade. O interesse governamental na manutenção do poder também implicava em ganhar as eleições, sendo essencial, para isso, criar um novo estado e vender a imagem de uma região de progresso e de oportunidades, daí o apoio e a continuidade nas ações de infra-estrutura ao estado recém-criado.

Assim, o governo Jorge Teixeira, dispondo de recursos da União e de prestígio e força junto à Brasília jamais igualados, construiu a visão de Rondônia como “terra das oportunidades” e “novo Eldorado”, embora suas ações tenham sido, definitivamente, imediatistas. Com o slogan de “A Nova Estrela no Azul da União” Teixeira construiu a imagem de um novo estado em franco desenvolvimento, sustentado no asfaltamento da BR-364, na construção de equipamentos urbanos em Núcleos Urbanos de Apoio Rural - NUARs, que deixaram de ter uma visão de sustentabilidade para ser, por meio do POLONOROESTE, um programa de infra-estrutura, e na abertura de estradas vicinais,

estimulando a migração de outros estados e contribuindo, de forma decisiva, para a rápida ocupação da região, principalmente por levas de migrantes paranaenses e de outras regiões, como o Centro-Oeste, tangidos pela mecanização agrícola e as grandes plantações de sojas e a invasão da pecuária.

Se por um lado, o grande volume de recursos possibilitou uma quantidade imensa de obras, como aberturas de vicinais, escolas, hospitais, delegacias, casas populares, comarcas, etc., todas com seus efeitos multiplicadores, por outro, apesar de existir uma Secretaria de Planejamento centralizadora de recursos e decisões administrativas, a ação se diluía por muitas agências, entre elas, uma empresa denominada CODARON, com super-poderes e recursos (financeiros e materiais) para realizar ações de grande vulto. Claro que surgiram, inclusive como conseqüência da rapidez do processo, conflitos de ordem estrutural e funcional, bem como superposição de decisões e poderes que terminaram por minar a eficácia de muitas ações. A quantidade de obras, o otimismo vigente, a falta de preocupação com o horizonte temporal e o completo domínio político fizeram com que não houvesse, praticamente, vozes que se levantassem para indagar sobre o amanhã e quais as bases de sustentação do estado. A visão governamental, especificamente burocrática, sempre foi marcada por uma certa concepção de “laissez-faire”, ou seja, bastaria construir a infra-estrutura do estado que o restante viria naturalmente. E construir a base era criar o estado, instituir seus poderes e criar uma infra-estrutura mínima.

A autonomia de Rondônia, a criação do estado, ocorreu com a Lei Complementar Federal nº41/81. Para os críticos, a transformação do Território em estado, dando autonomia ao novo governante local, significava uma fonte de preocupações e incertezas e contrariava, fundamentalmente, a visão do governador anterior, Humberto Guedes, que sempre foi defensor da idéia de que era preciso preparar a infra-estrutura, dar condições econômicas para geração de emprego e renda, para que então se processasse esta transformação.

A principal razão para isto foi que com a transformação de Território em estado, além da transferência de responsabilidade (encargos) para Rondônia, a tendência, ao longo do tempo, seria a diminuição dos recursos via convênios e Programas Especiais para infra-estrutura, o que, de fato, aconteceu, com exceção do compromisso da União em assumir por 10 (dez) anos o pagamento dos salários dos servidores públicos lotados no estado. As previsões dos críticos do governo Teixeira se revelaram, com o tempo,

acertadas. Os recursos federais diminuíram e, exceto, por ciclos derivados da extração do ouro e da madeira o crescimento do novo estado, embora contínuo, se realizou com muito mais percalços e problemas do que se previa no planejamento dos seus primeiros anos. Efetivamente, Rondônia, que era a nova estrela do azul da União e, para muitos, o “Eldorado” se transformou, pelo menos, sob o olhar externo, em um problema e em um exemplo de destruição ambiental.

5 O PLANEJAMENTO NOS GOVERNOS DO ESTADO

Na medida em que a União não tivesse mais obrigação de carrear recursos para Rondônia, mais difícil se tornaria pensar em ações de médio ou longo prazos que envolvessem investimentos maiores. E foi o que se verificou nos primeiros anos do novo estado, ainda em formação e sem uma política tributária consistente e sem horizonte para angariar recursos depois do corte do cordão umbilical que o prendia ao governo federal, fazer planejamento de médio ou longo prazo era um horizonte incerto. Até porque, os recursos da União, oriundos de convênios e programas especiais destinados à infraestrutura física, estavam com os dias contados para sua extinção. Em parte, essa preocupação tinha fundamento. O estado estava em fase embrionária no que tange à produção agrícola, industrial e, por consequência, comercial.

O governo de Angelo Angelin (maio de 1985 a março de 1987), mais conhecido do ponto de vista político como Governo de *Transição*, representa o último governo em que se escolheria o representante por imposição direta do Governo Federal. O próximo, já seria escolhido através de eleição direta. Neste Governo, nada de novo aconteceu ou nada mudou em matéria de planejamento. As ações implementadas se amparavam unicamente nas propostas orçamentárias, de forma tradicional, sem levar em conta os aspectos administrativos e de planejamento.

No Brasil - e Rondônia não tem sido exceção - , o primeiro ano de gestão é aquele em que o governo procura inteirar-se da funcionalidade da administração pública e da acomodação dos compromissos políticos assumidos em época de eleições, no que tange à formação de sua equipe de primeiro e segundo escalões. Este arranjo político ficou nítido desde o primeiro governo eleito pelo voto direto, mais precisamente na gestão de Jerônimo Garcia de Santana (março de 1987 a março de 1991), que teve uma administração marcada por muitas realizações de obras públicas (construção de escolas,

aberturas de estradas), mas também por descontinuidades administrativas que, no fim, se transformaram em grande fonte de dívida pública na medida em que, sem controle sobre as finanças, acabou por não cumprir, no final de seu governo, muitos compromissos, inclusive os salários dos servidores públicos.

Sem fontes de renda própria, o planejamento do novo estado esteve atrelado às ações previstas no POLONOROESTE, nos Orçamentos Anuais e na capacidade de planejar e obter recursos junto ao governo federal. O orçamento era limitado aos poucos recursos oriundos de transferências constitucionais (fundos constitucionais) e recursos próprios (Imposto sobre Circulação de Mercadorias), onde a programação dos recursos estava dissociada de objetivos e metas como exigem as técnicas modernas do orçamento-programa.

No governo de Jerônimo Santana, houve uma dispersão efetiva do setor técnico, em especial pelo erro estratégico de nomear pessoas vindas de outros estados para áreas consideradas estratégicas e de decisão para assumir as pastas do Planejamento e da Fazenda. Por que foi um erro? Estas pessoas, embora não se discuta suas qualidades, não tinham conhecimentos das reais necessidades do estado e nem comprometimento de médio e longo prazos com seu destino. Em termos de planejamento, isso se refletiu na elaboração, sob a coordenação do Dr. Paulo Hadad, do Plano de Desenvolvimento Governamental, que, apesar de grande qualidade técnica, não saiu do papel. Foi um fracasso total, por falta de estratégia, ineficiência na execução das metas previstas, falta de recursos financeiros e desmotivação do pessoal técnico. Efetivamente, no governo de Jerônimo Santana, por sua politização, foi iniciado um desmonte na capacidade técnica estadual que iria se deteriorando nos governos subseqüentes.

Ainda assim, no planejamento, alguns técnicos fizeram um esforço pessoal e, nesta época, a Secretária de Planejamento, com apoio de outros órgãos, como o Incra e a Embrapa, começou a gestar a base do PLANAFLORO. Pela primeira vez surgia em Rondônia, com pessoal local, a idéia de zoneamento agro ecológico econômico, com a tentativa de se criar um plano de aproveitamento e preservação do meio ambiente para negociar recursos com o Banco Mundial, sensível à idéia por conta das pesadas críticas recebidas por seu apoio ao POLONOROESTE que o culpavam pela destruição ambiental.

O Plano chegou a ser negociado, porém, os recursos somente viriam no governo seguinte.

O segundo governador eleito pelo voto popular foi Osvaldo Piana Filho (março de

1991 a janeiro de 1995). Sua principal realização foi o “Linhão” , interligando energia da Usina de Samuel ao interior do Estado. Como no governo anterior, o planejamento e a utilização de critérios técnicos não tiveram força nesta gestão, sendo preteridos pela improvisação. Os objetivos e metas foram definidos de forma casuística, sem a preocupação de serem bem definidos nem com uma visão dos recursos e do tempo essencial para o planejamento. Na prática, houve ações e metas programadas e um modelo de acompanhamento razoável dos Programas Especiais POLONOROESTE, já a caminho do seu final, e esforços para se obter e gastar os recursos do PLANAFLORO, que por sua vez foi liberado pelo Governo Federal mais em razão das necessidades de divisas do que por real preocupações com o estado.

Apesar de todos os problemas, e o primeiro deles foi o fato de que o PLANAFLORO perdeu sua capacidade e sua singularidade de ser um plano local quando foram cortados os recursos para criação e manutenção de equipes técnicas locais, não deixou de produzir bons resultados com a elaboração do Zoneamento do Estado de Rondônia que norteou uma ocupação planejada do seu espaço físico respeitadas as vocações econômicas e, sobretudo, a questão ambiental. Estes programas, embora iniciativas dos técnicos de Rondônia, tiveram seus projetos originais desvirtuados nas negociações, resultando na prevalência dos interesses externos, como um planejamento ditado de fora para dentro, direto de Washington ou de Brasília para Rondônia.

Na gestão seguinte, de Valdir Raupp de Matos (janeiro de 1995 a janeiro de 1999), melhor sorte não teve o planejamento, custando-se a criar uma preocupação genuína com o tema. Somente depois de passados dois terços de seu mandato houve uma preocupação maior do que a de seu antecessor. Nesta gestão além dos orçamentos anuais e dos insípidos Planos Plurianuais de Atividades - PPA foram elaborados documentos resultantes de exaustivas discussões com todos os segmentos do setor público e da sociedade: o Plano de Metas 95/98, o Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico e o Plano Úmidas.

O Plano de Metas (1995/1998) foi uma idéia baseada na experiência do Governo Dante de Oliveira, no Mato Grosso, onde constavam metas, objetivos e recursos definidos para os 4 (quatro) anos de gestão. O documento foi elaborado com a participação de todos os segmentos públicos. Porém, sua eficácia ficou comprometida pela falta de recursos financeiros e, sobretudo, vontade política dos gestores das áreas que compunham o governo. O Zoneamento, embora tivesse sido iniciativa da administração

anterior, teve sua conclusão efetiva no governo Raupp. De uma forma ou de outra, depois do planejamento ter atingido seus índices mais insatisfatórios no governo anterior, Rondônia teve o privilégio de ser o primeiro estado da Federação a planejar a ocupação do seu solo e fazer o primeiro “planejamento verde” do país. Entretanto, mesmo que este documento tenha sido de grande valia para as gerações da época e para as futuras, a sua implementação foi duramente prejudicada pela intervenção do Governo Federal que, com a Medida Provisória nº 2166, de agosto de 2001, promoveu a alteração do Código Florestal, estabelecendo o espaço a ser preservado como reserva legal na Amazônia Legal em 80% das propriedades, sem nenhum respeito aos acordos e estudos já realizados.

Esta medida, modificada, porém preservada em sua essência, acarretou um enorme retrocesso no estado, em termos ambientais. Exemplo disto são as ocupações (invasões) nas reservas de preservação ambiental. Os governantes não têm conseguido evitar ou impedir a continuidade de ações criminosas na medida em que as pessoas não conseguem regularidade no setor madeireiro. Tudo indica que, se não houver uma mudança na política ambiental, os problemas tendem a se tornarem recorrentes.

O planejamento, sob o ponto de vista operacional, no governo Raupp, teve seus altos e baixos. Paralelamente ao Plano de Metas, foram criados os PAICs - Programa de Apoio a Iniciativa Comunitária, repassando recursos do PLANAFLORO para associações com vistas ao fortalecimento das comunidades rurais para a aquisição de implementos agrícolas.

O Plano Úmidas surgiu da necessidade de se planejamento estratégico de longo prazo (20 anos) e foi pensado como uma alternativa de continuidade para obtenção de recursos do Banco Mundial que, por incompreensão ou incapacidade dos governos posteriores, não foram bem aproveitados. O Plano Úmidas teve o mérito de ser um documento que se diferenciou dos anteriores por apresentar intenções para um cenário de longo prazo. No final de sua consolidação (elaboração), o Plano se resumiu numa proposta denominada "Agenda para 20 Anos". Apesar dos esforços e gastos para sua elaboração, não foi adotado e acabou, sem razões aparentes, engavetado pela gestão do governo subsequente.

No governo de José de Abreu Bianco (janeiro de 1999 a janeiro de 2003), o planejamento se limitou aos dois de seus tradicionais instrumentos, Orçamento e PPA, diferenciados em relação aos antecessores, apenas nas formas de concepções das

ações, optando-se pela regionalização, conforme prevê a Constituição Federal e, considerando os problemas financeiros existentes, a um plano de ajuste. Embora governar um estado sem planejamento fosse como andar na escuridão e procurar algo sem sucesso. Infelizmente, no Brasil poucos levam a sério a prática de se planejar, restringindo-se os planos de curto prazo denominados orçamento, ou no máximo a planos estratégicos, como o plano plurianual de atividades - PPA.

No caso do governo Bianco, houve preocupação com o Orçamento, propondo-se ao Legislativo a implantação do Orçamento Participativo. A proposta foi aprovada, mas, sem praticidade porque, segundo argumento da equipe técnica da SEPLAN/RO na época, os recursos estavam muito aquém das reivindicações e intenções. Nesta gestão, sob a iniciativa da SEPLAN/RO, foi ressuscitada a idéia de planejamento regionalizado, sob nova roupagem, em que as ações e os recursos tinham que guardar correspondências com a política das macros regiões econômicas, em número de 08 (oito) regiões. Como o governo não tinha outra opção, por não dispor de um plano alternativo que desse norte suas ações, optou pelo Plano Plurianual de Atividades como ferramenta de planejamento.

A idéia, no fundo, era bem intencionada, porque estava cumprindo o que estabelece a Constituição Federal; art. 165; §1º. que reza: "A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuadas".

Todavia, o planejamento não se encerra na elaboração de planos e programas encomendados pelos governantes e feitos pelos burocratas. O planejamento é um processo contínuo e tem outras fases, dentre as mais importantes, a do controle das ações entre o programado e o realizado. Neste particular, o papel da SEPLAN/RO como Órgão de Coordenação Geral de Planejamento Estadual deixou a desejar. Por quê?

a) Foi incapaz de propor aos órgãos setoriais ferramentas de avaliação para mensurar os resultados alcançados, limitando-se ao emprego de formulários de pouca eficácia e de difícil compreensão;

b) Deu maior atenção (prioridade) aos valores disponíveis nos orçamentos anuais do que às estratégias previstas nos planos plurianuais de atividades - PPAs;

c) Tanto no âmbito da SEPLAN/RO como em quase todas as unidades

setoriais, houve inexistência de uma política de fortalecimento da força de trabalho, com vistas a ampliar o quadro de servidores qualificados e bem remunerados, para atuarem na área de planejamento.

No quesito de pessoal técnico, o que se tem observado em muitos casos é a prática de formação de grupos de trabalho temporários com a participação de técnicos sem experiência para tal, vindos de outros órgãos e até da iniciativa privada, atraídos por gratificações. Em outros casos, com maior frequência, tem-se observado a contratação de empresas especializadas, via consultoria, para elaborar documentos técnicos. Cabendo às equipes internas o fornecimento de indicadores para consolidação da “*Encomenda*”. As conseqüências disto são: a desmotivação da equipe interna e a dificuldade em operacionalizar as ações, que, às vezes, são realizadas por pessoas que não participaram de sua feitura, e, portanto, não dispõem de instrumentos adequados para acompanhar sua execução das metas previstas, quando o plano é feito.

Em janeiro de 2003, Ivo Cassol assumiu o Poder Executivo, sendo reeleito, quatro anos depois, para mais um mandato. Oito anos de mandato é um prazo considerável para se planejar muito bem a política macro-econômica e submetê-la ao crivo da sociedade. Pelo que consta até agora, o planejamento do setor público estadual continua a ter como instrumentos basilares os orçamentos anuais e o plano plurianual de atividades, este último voltado para regionalização do estado, segmentado em 10 regiões.

A regulamentação das regiões está amparada na Lei Complementar nº 414, de 28/12/2007, estabelecendo Regiões de Planejamento e Gestão para o estado de Rondônia e dá outras providências. Esta mesma Lei no seu art. 4º autoriza o Poder Executivo a instalar as Unidades Avançadas de Planejamento e Gestão Regional nas cidades definidas como pólos de referência regionais de cada uma das regiões definidas no § 1º, do art. 1º desta Lei Complementar.

Em matéria de planejamento, não se verificou significativos avanços em relação ao que vinha sendo posto em prática até então. O PPA, embora amparado por lei, continua sendo um instrumento que existe mais para cumprimento legal, do que uma peça valiosa para nortear as ações de governo. A falta de coerência entre o que é planejado nos PPAs e o que é executado nos Orçamentos Anuais, não é uma prática voluntária dos gestores de cada segmento público da administração direta e indireta. Sem dúvida, passa por questões de política governamental e alheia à vontade de cada gestor, em parte pelos

seguintes motivos:

a) Falta de integração entre o órgão central de planejamento e as unidades setoriais de planejamento no tocante às fases de controle e acompanhamento, buscando a criação de ferramentas para avaliação das ações planejadas no PPA;

b) Incompatibilidade entre as metas aprovadas e publicadas do plano plurianual de atividades - PPA e os valores aprovados e publicados nos orçamentos;

c) Falta de coerência por parte do Executivo e do Legislativo ao analisarem e aprovarem as propostas orçamentárias das unidades setoriais, fazendo cortes de forma aleatória, sem critério programático e sem a participação do órgão gestor;

d) Falta de participação dos diversos segmentos setoriais na elaboração da lei de diretrizes orçamentárias;

e) Existência de grupos de trabalho temporários com a participação de técnicos, vindos de outras instituições atraídos por gratificações;

f) Participação de equipes externas na elaboração de documentos técnicos, enquanto a maioria dos técnicos locais fica à margem do processo de discussões e consolidação dos trabalhos, cabendo-lhes fornecer indicadores para consolidação da *Encomenda*.

De certa forma, e de modo piorado, é uma volta ao “fazejamento” da época de Jorge Teixeira, inclusive pela extinção do núcleo técnico que funcionava no prédio da antiga SUDECO, único órgão a pensar o estado em longo prazo. Na época da reeleição, e está tendo continuidade agora, em fase bem adiantada, um plano de longo prazo, denominado Plano de Desenvolvimento do Estado de Rondônia. Este documento está sob a responsabilidade técnica da Fundação Getúlio Vargas e até foi criada uma comissão de acompanhamento que, como os técnicos e a população, certamente, só tomarão conhecimento do documento depois de concluído.

Fazendo uma retrospectiva de gestões anteriores, verifica-se que muitos planos e documentos foram elaborados, e muitos outros que surgem, nos dias atuais, guardam certas semelhanças com os do passado, pelo menos, no objetivo geral, na forma e até nos conceitos, embora, quando se busca a memória documental do estado não se

consiga mais obter os documentos antigos que se alega foram levados por técnicos que deixaram o estado ou até desapareceram nos arquivos públicos. No mínimo, isto revela o descaso com a memória administrativa do estado.

No Governo de Jorge Teixeira de Oliveira, também se tentou implantar planejamento regional, mas os resultados alcançados se distanciaram bastante dos esperados. De qualquer forma, a atual gestão dispõe de significativos instrumentos de planejamento. Além de contar com os orçamentos anuais, os PPAs e o Plano de Desenvolvimento do Estado, vem aderindo à iniciativa do Governo Federal para implantação, no estado de Rondônia, do Programa GESPÚBLICA, criado pelo Decreto nº 5.378/2005 com finalidade de melhorar a qualidade dos serviços públicos prestados aos cidadãos, para o aumento da capacidade produtiva.

Não resta dúvida de que o Programa GESPÚBLICA é uma feliz iniciativa. Espera-se que os governantes façam sua parte, dêem condições aos atores (servidores) no tocante aos itens: remunerações dignas e equipamentos adequados. A realidade tem sido muito menos profícua do que as palavras. Se formos crer nas palavras e no marketing dos governos, com certeza, se vive no melhor dos mundos possíveis em termos de planejamento.

Talvez haja melhoras, mas estas são a conta-gotas, gradativas e pontuais como é o caso de outro programa do Governo Federal denominado, PNAGE - Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão do Planejamento dos Estados e do Distrito Federal, que se propõe a financiar:

- a) capacitação estratégica e operacional para fortalecer a coordenação entre o planejamento, à administração e finanças dos estados participantes;
- b) aquisição de equipamentos e programas para a integração dos sistemas transversais de informática necessários para vincular as três áreas antes mencionadas;
- c) assistência técnica para o desenho e adoção de novos modelos de gestão, dentre outros.

Como se observa no segmento planejamento, o governo estadual, além de contar com a proposta de elaboração do seu Plano de Longo Prazo, dispõe de 02 (dois) Programas do Governo Federal. Porém, para quem pretende acompanhar o que será feito, não há formas seguras nem indicadores que possam ser comparados para atestar o grau de realização. Enfim, o que se observa, é que, por mais que o discurso do

planejamento ainda seja muito forte, o seu processo, na prática, ainda se arrasta e somente os instrumentos legais e seu cumprimento burocrático persistem na medida em que não há, no horizonte visível, realmente um processo de planejamento, nem sinal real de participação popular. Na prática, infelizmente, em Rondônia planejamento continua sendo uma palavra muito usada nos palanques e nos discursos.

CONCLUSÃO

Não se tem como esgotar um tema tão vasto em apenas um artigo, porém, o essencial é o que foi tentando aqui: recuperar e promover uma discussão sobre uma larga experiência de planejamento que o estado de Rondônia possui e foi, em muitos pontos, inovadora. Esta provocação torna-se muito mais importante na medida em que Porto Velho, que se tornou uma cidade universitária, com treze instituições de nível superior, tende a se tornar um local permanente de criação de massa crítica para pensar o estado. Neste sentido a recuperação do passado do planejamento pode vir a ser um estímulo para novas experiências que andam em falta, apesar dos discursos, em Rondônia e no Brasil de modo geral. Vale ainda acentuar que, por conta dos imensos investimentos previstos para o Complexo do Madeira, estimados em mais de R\$ 24 bilhões, as mudanças serão inevitáveis, o que abre um espaço ainda maior para a retomada da experiência do planejamento que, nos seus pontos principais, não se diferencia do que se constata no cenário nacional, ou seja, não existem, de fato:

- a) Planejamento de longo prazo;
- b) Gestão estratégica;
- c) Responsabilidade por resultados;
- d) Participação popular;
- e) Monitoramento e avaliação.

É evidente que, sem escolaridade e sem maior consciência política, que afinal, são fatores geradores de mudanças, tal situação não sofrerá alterações, porém, planejar é também um ato de conhecimento e de crença, de otimismo. O esforço feito é de recuperar conhecimento e o otimismo está em se acreditar que o planejamento em Rondônia é possível e ainda será uma realidade.

REFERENCIAS

BRASIL. **I Plano Nacional de Desenvolvimento-I PND.** Brasília, 1971.

BRASIL. **I Plano Nacional de Desenvolvimento da “Nova República” (1985-1987).** Brasília, MINTER, 1985.

BRASIL. **Desempenho da Economia da Região Centro-Oeste.** Brasília, MINTER/SUDECO, 1981.

BRASIL. **Centro-Oeste: A Nova Fronteira-Um Painel de Informações.** Brasília, MINTER/SUDECO, 1982.

COSTA, J.G. **Planejamento Governamental: A Experiência Brasileira.** Rio de Janeiro, FGV, 1977.

COVRE, M.L.M. **A fala dos homens: análise do pensamento tecnocrático.** São Paulo, Brasiliense, 1989.

CUNHA, Silvio Rodrigues Persivo. **O Xadrez da Terra-Um Estudo da Colonização de Rondônia.** Belém, NAEA, 1985.

DELFIN NETO, A. **Planejamento para o Desenvolvimento Econômico.** São Paulo, Edusp, 1966.

DIAS, Guilherme Leite da Silva. **Colonização Dirigida no Brasil: Críticas sobre o Sistema de Implantação dos Projetos.** In. : CASTRO, Manoel Cabral. São Paulo. Ipê, 1976. n° 05/76.

GOVERNO DO TERRITÓRIO FEDERAL DE RONDÔNIA. **Depoimento do Governador do Território Federal de Rondônia Perante a CPI das Terras.** S.I. Mimeo, 1977.

GOVERNO DO TERRITÓRIO FEDERAL DE RONDÔNIA. **Plano de Metas.** Porto Velho, SEPLAN/RO, 1977.

GOVERNO DE RONDÔNIA, **Sistema agrícola de Rondônia Para o Pequeno Produtor**, Porto Velho, SEAG, 1980.

GOVERNO DE RONDÔNIA. Diretrizes Básicas – **I Plano de Desenvolvimento Território de Rondônia. Programa de Investimentos Urbanos**. Porto Velho, SEPLAN, 1981.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA **I Plano de Desenvolvimento Integrado de Rondônia – 1985:1990**. Porto Velho, SEPLAN, 1984.

MEDEIROS, Océlio. **Territórios Federais: doutrina, legislação e jurisprudência**. Rio de Janeiro: Ed. Nacional de Direito, 1944.

_____. **Administração territorial** (comentários, subsídios e novas leis). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

MONTE-MÓR, Roberto Luis. **Transformações de Núcleos de Colonização em Rondônia: A Questão do Planejamento Urbano**. Belo horizonte, Cedeplar, 1980.

SANTOS, Milton. **Espaço e Urbanização no Território de Rondônia; Realidade Atuais, Perspectivas e Possibilidades de Intervenção**. São Paulo, mimeo, 1979.

GOVERNO DE RONDÔNIA. **Plano de Metas: 1995/1998**. Porto Velho, SEPLAN/RO, 1995.

GOVERNO DE RONDÔNIA. **Projeto Úmidas-Uma Estratégia para o Desenvolvimento Sustentável de Rondônia-1998/2020**. Porto Velho, Seplan, setembro de 1998.